

Evaldo Cabral  
de Mello (ORG.)  
O Brasil holandês  
(1630-1654)

*Seleção, introdução e notas de*  
EVALDO CABRAL DE MELLO



---

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2010 by Evaldo Cabral de Mello

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico  
da Língua Portuguesa de 1990,  
que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Penguin and the associated logo and trade dress  
are registered and/or unregistered trademarks of  
Penguin books Limited and/or Penguin Group (USA) Inc.  
Used with permission.

Published by Companhia das Letras  
in Association with Penguin Group (USA) Inc.

CAPA E PROJETO GRÁFICO  
PENGUIN-COMPANHIA  
raul loureiro , claudia warrak

MAPA DA P. 9  
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional — Brasil

PREPARAÇÃO  
Silvia Massimini Felix

REVISÃO  
Marise Leal  
Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Brasil holandês (1630-1654) / seleção, introdução e  
notas de Evaldo Cabral de Mello. — São Paulo : Penguin  
Classics, 2010.

Bibliografia  
ISBN 978-85-63560-00-1

1. Brasil – História – Domínio holandês, 1624-1654
2. Família Nassau – História 3. Holandeses – Brasil
1. Mello, Evaldo Cabral de.

10-05265

CDD-981.03121

Índices para catálogo sistemático:

1. Domínio holandês, 1624-1654 :  
Brasil : História 981.03121
2. Ocupação holandesa, 1624-1654 :  
Brasil : História 981.03121

[2010]

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA SCHWARCZ LTDA.  
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32  
04532-002 — São Paulo — SP  
Telefone (11) 3707-3500 Fax (11) 3707-3501  
www.penguincompanhia.com.br

# Sumário

<i>Introdução</i>	11
PARTE I	27
A GUERRA DE RESISTÊNCIA	
1. Por que o Brasil? Por que o Nordeste?	29
2. A conquista de Olinda e do Recife	53
3. O impasse militar, 1630-2	71
4. A ruptura do impasse, 1632-4	107
5. A ofensiva final, 1635-6	125
6. Entradas e excursões	152
PARTE 2	159
O INTERREGNO NASSOVIANO	
7. Nassau assume o governo do Brasil holandês	161
8. Do sítio da Bahia (1638) à restauração de Portugal (1640)	187
9. Governar o Brasil holandês	217
10. Os amigos portugueses de Nassau	229
11. Nassau urbanista e arquiteto	241
12. As populações do Brasil holandês	252
13. A economia do Brasil holandês	284
14. Os últimos tempos de Nassau no Brasil	311

PARTE 3	329
A GUERRA DE RESTAURAÇÃO	
15. A conjura luso-brasileira	331
16. A insurreição	359
17. A rotina do cerco do Recife	390
18. Rumo aos Guararapes	427
19. A capitulação do Recife	462
<i>Notas</i>	479
<i>Glossário</i>	501
<i>Cronologia</i>	505
<i>Bibliografia</i>	509

## 13.

### A economia do Brasil holandês

As fontes coevas, tanto holandesas como luso-brasileiras, proporcionam excelentes descrições do processo de fabricação do açúcar. Reproduz-se aqui em seguida a descrição, sucinta e objetiva, que se contém no relatório de Adriaan van der Dussen.

O açúcar obtém-se do modo seguinte. O senhor de engenho arrenda as suas terras a diversos lavradores, com a condição de plantarem nelas cana-de-açúcar para entrega ao engenho, nas safras, de um determinado número de tarefas de cana. Cada tarefa representa o que um engenho pode moer em um dia e uma noite, isto é, em um engenho de bois entre 25 e 35 carros de cana e em um engenho d'água, entre quarenta e cinquenta carros. O lavrador obriga-se a plantar cana, com a ajuda ou não do senhor de engenho, conforme a condição do contrato. A cana uma vez plantada tem a duração igual à da existência humana e não precisa ser replantada senão aqui e ali, onde morre uma soca, a menos que ocorra uma queimada durante o verão ou a seca de um rio. O canavial, às vezes, por isto, cresce pouco, quando não perece de todo; e então tem de ser inteiramente replantado.

Além disto, o lavrador tem de zelar pelo seu canavial e limpá-lo duas, três e quatro vezes por ano, porque se deixar crescer ao lado da cana mato daninho, toda a

plantação fenece. Também se ele não tiver cuidado e deixar de retirar do canavial as ervas em tempo oportuno ou deixá-las abafar as socas, então o canavial não produzirá um bom açúcar branco, mas muito do mascavado e pouco ou nenhum panela. O lavrador obriga-se ainda a mandar cortar, por sua gente, a cana e a conduzi-la em seus carros para a moenda. O açúcar produzido é dividido com o senhor de engenho segundo o caso: os lavradores que possuem terras e partidos próprios e que podem moer a sua cana onde melhor lhes convier, a divisão do açúcar geralmente é feita metade e metade; os que plantam em terreno pertencente ao senhor de engenho dividem alguns na proporção de  $1/3$  para o lavrador e  $2/3$  para o senhor de engenho, quando as terras são férteis e próximas do engenho, e por isto o lavrador tem pouca despesa. Para a maioria, a divisão faz-se na base de  $2/5$  para o lavrador e  $3/5$  para o senhor de engenho.

O lavrador necessita para o trato de um partido (com o que se obriga a levar à moenda quarenta tarefas por ano) de vinte negros, com os seus utensílios (enxadas, foices, machados), quatro, seis ou oito carros conforme o canavial seja longe ou próximo do engenho (e sendo muito longe, ainda aluga comumente alguns carros). Para cada carro, são necessários, pelo menos, quatro bois; para dois carros, seis bois (a fim de que se possa revezá-los). Tendo o lavrador recebido a sua parte do açúcar fabricado, ainda tem que despender com panos para secá-lo e com caixas, pregos e carpinteiros para encaixá-lo e ainda com o frete para levá-lo para o mercado ou para o lugar conveniente.

O senhor de engenho, tendo feito, com muita despesa, a sua moenda movida a água ou a boi, para onde a cana é levada; tendo feito a casa das caldeiras (onde se acham quatro, cinco ou seis tachos grandes de cobre e três ou quatro menores) com os seus apetrechos: colheres, escumadeiras, bicas, bacias etc.; a casa de purgar

ou de refinar (onde o açúcar é separado do mel) com as suas andainas, lanças e correntes, tanques, bicas ou grandes tachos onde o [açúcar] panela é posto a ferver, e muita ferragem mais, adquirida a alto preço (como já foi dito) — o senhor de engenho, dizíamos, recebe a cana na moenda e fá-la funcionar com a sua própria gente, leva o caldo a ferver na casa das caldeiras até o ponto conveniente, expurgando-o o mestre de açúcar com cuidado, fazendo-o temperar e beneficiar por outros oficiais, até que tome a consistência e se transforme em açúcar. Passando dos tachos grandes para os pequenos e já com consistência, é posto no tacho frio até que a sua elevada temperatura diminua, a fim de ser posto em formas de barro já prontas para isso e onde é muito misturado. Depois de frio e solidificado o açúcar, essas formas são levadas no dia seguinte para a casa de purgar.

No espaço de 24 horas, produz um engenho de bois vinte a trinta formas; num engenho de bois duplo [isto é, de moenda dupla], quarenta, cinquenta ou sessenta; num engenho d'água, quarenta, cinquenta, sessenta ou setenta e mais formas, desde que o engenho seja capaz de moer muita cana e se esta for rica em açúcar, o que depende, como já ficou dito, do tempo e dos cuidados no cultivo. A forma comporta uma arroba de açúcar se este for mais ou menos bom; se for inferior, menos. O melhor açúcar pesa mais e uma forma chega a ter quarenta e mais libras, até cinquenta e sessenta.

Na casa de purgar, encontram-se as prateleiras onde as formas se adaptam e ficam em descanso. Em cada prateleira, colocam-se de dez a doze formas, havendo oito a dez prateleiras uma ao lado da outra, debaixo de cada uma das quais estão os receptáculos para o mel. A esse conjunto, chama-se andaina. Assim, cada andaina comporta cerca de cem formas e na casa de purgar há vinte, 25 e trinta andainas, permitindo o depósito de 2 mil a 3 mil formas.

Aí fica depositado o açúcar de seis a oito dias em descanso, após o que é batido com um martelozinho até que fique macio, derramando-se por cima argila muito fina, a qual, infundindo vagarosamente a sua umidade e atravessando o açúcar, faz com que o açúcar de qualidade se vá formando e o mel vá escapando mais facilmente por baixo, através de um furozinho existente na parte inferior da forma. Quando a argila se solidifica é retirada, colocando uma segunda, sendo que alguns açúcares exigem uma terceira para ficar inteiramente alvo. Livre o açúcar do seu mel, é trazido para fora da casa de purgar e, retirado das formas, é posto a secar ao sol sob panos estendidos, separando-se então o açúcar que ainda se encontra misturado ao mel. A isto chamam os portugueses “mascavar”, com o que querem dizer que tiram a máscara parda do pão de açúcar; e daí chamarem também o açúcar pardo de “mascavado”.

Separado o açúcar alvo do mascavado, cada um sobre o seu pano, são pilados em pequenos pedaços para secar melhor; e estando seco (o que se dá com a exposição durante o tempo em que brilha o sol num só dia), o lavrador, o senhor de engenho e o contratador da cobrança do dízimo tratam de pesar rapidamente o que compete a cada um e colocam-no em caixas bem secas. O mel que escorre desse primeiro açúcar é todo de propriedade do senhor de engenho; e também o sumo que provém de canas fortes e sumarentas, com o que se prepara ainda algum açúcar branco, o chamado *blanco mellis*; além disso, ainda obtém bom açúcar panela.

O mel que resta do *blanco mellis* e do panela é entregue aos negros para fazer garapa, quando o engenho não está moendo, porque quando o engenho está moendo eles fazem garapa da escuma. Dá-se, também, garapa para os cavalos, ao gado e aos porcos, que engordam com isso, de modo que do sumo da cana nada se desperdiça.

O senhor de engenho tem que construir à sua própria

custa todos os prédios do engenho, a saber: a casa de moenda, a casa das caldeiras, a casa de purgar, a olaria etc. Tem que pagar o salário dos oficiais que dirigem a moenda, a plantação, os negros e os bois. Necessita ainda ter quarenta, cinquenta, sessenta ou setenta negros e trinta a quarenta bois, dez a doze carros, todos os utensílios e muitas outras coisas que seria longo referir aqui; o que fica acima é a parte principal. Além disto, precisa ter as terras de cana necessárias, mata para fornecer lenha, pastagens, barreiros para o trabalho de olaria etc.<sup>1</sup>

Vem em primeiro lugar o cozimento do caldo da cana, de que se faz o açúcar, e tudo a que isso se prende. Há muitos carpinteiros, pedreiros, ferreiros, caldeireiros, oleiros, também alfaiates, sapateiros, seleiros, ourives e uns poucos tecelões, que fiam algodão. Os carpinteiros, pedreiros, ferreiros, caldeireiros ganham, pelo menos, três florins por dia e os mestres [de açúcar], quatro e cinco.

A gente que não serve nos engenhos ocupa-se, além do seu ofício, se algum pode ter, com o plantar mandioca ou outros frutos da terra, tabaco ou coisa semelhante. Outros começam a estabelecer-se nestes arredores para plantar legumes e toda a sorte de sementes holandesas, algumas das quais se desenvolvem, como alface, rábano, pepino, nabo, agrião e todos os vegetais indígenas, como abóboras, melões, melancias, milho etc. Sendo o mantimento geralmente mais caro no Brasil, e sobretudo no Recife, do que algum outro lugar do mundo, serve isto de maior estímulo ao povo para tudo semear e plantar.<sup>2</sup>

O pau-brasil, como mencionado, era monopólio da WIC, que o adquiria no interior aos então chamados “brasileiros”, que o cortavam e transportavam para os portos. A atividade concentrava-se especialmente na mata do Brasil, a região situada a oeste dos engenhos de açúcar. Eis o que reportava Adriaan Verdonck em 1630.

Há ainda um lugar muito grande e habitado, chamado Mata do Brasil, o qual está situado a cerca de nove ou dez milhas ao sul de Pernambuco para o interior. Ali moram muitos camponeses que fazem considerável porção de pau-brasil com os seus negros e brasilienses, sendo ali livre o corte do pau-brasil, e cada um pode tirá-lo onde quiser. Depois de limpo é trazido em carros para um lugar de nome São Lourenço [...] onde é vendido aos contratantes do rei, que dão por cada 128 libras ou quatro arrobas, ordinariamente, de um cruzado a 450 ou 480 réis. E ainda assim o pagamento é quase sempre feito em mercadorias, por preços 100% acima do seu valor, sendo que o negócio só pode ser feito desse modo, porque ninguém pode comprá-lo, sob grandes penas, senão unicamente eles.<sup>3</sup>

Van der Dussen também se ocupou da exploração do pau-brasil no seu relatório.

O pau-brasil, que é a fonte de renda que se segue ao açúcar, cresce geralmente a dez, doze e mais milhas para o interior, mas não forma bosques, achando-se nas matas fechadas uma árvore aqui, outra ali, onde são mandadas cortar pelos portugueses, quando os seus negros têm tempo vago e não têm em que os empregar. Lá se arranca a casca branca que recobre o tronco e que tem quase três dedos de espessura, e às vezes mais, pois somente o miolo da árvore é vermelho e possui valor corante, além da casca superficial, como têm todas as árvores e que nela é nodosa e áspera. Tem muitas folhas, que são pequenas e pontudas, em galhozinhos delgados, verde-escuros, insertas com regularidade. Não dá flor nem fruto, parecendo que se reproduz por meio das raízes.<sup>4</sup>

A exploração irrestrita do pau-brasil causou, aliás,

preocupações entre os administradores holandeses, como explica o relatório de Hamel, Bas e Bullestrate.

Quando começamos a conquistar essas terras, achamos nas matas em vários pontos boas quantidades dessa madeira já cortadas pelos portugueses, as quais foram vendidas pelos proprietários à Companhia e esta as exportou. Desde então vem sendo cortado, de tempos em tempos, tanto por nós quanto pela nação portuguesa e recentemente foram fornecidas grandes quantidades à Companhia, quer pelos devedores desta, quer por outros. E porque verificamos que nisso havia excessos e que foram cortados também os rebentos sem exceção, de modo que dentro de pouco tempo os troncos das árvores seriam destruídos, tomamos providências, por meio de editais, para que a extração de madeira possa continuar sempre com proveito para a Companhia.<sup>5</sup>

No seu relatório final apresentado em 1644, Nassau chamou a atenção para os riscos da exploração indiscriminada do pau-brasil e de outras madeiras.

Creio também que é malfeita a exploração das madeiras do Brasil, pois não se dispôs nada sobre a quantidade nem sobre a qualidade das que se deveriam cortar, quero dizer, quantas e quais árvores conviria cortar, procedendo nós em contrário do que faziam os administradores do rei da Espanha. A estes, não era permitido talhar mais de 10 mil quintais. Veem-se os nossos derrubar árvores sem lei nem medida, mesmo as novinhas, ainda não crescidas, de sorte que é mister proibir este comércio por destruir-se nos germes a esperança de novas árvores. Não se remediará esse mal, senão ordenando severamente que se abstenham de abater as mais tenras e de cortar excessivamente as crescidas.<sup>6</sup>

Os problemas de abastecimento do Brasil holandês, sobretudo no tocante à farinha de mandioca e à carne, não foram jamais resolvidos pelo governo holandês, a despeito das suas tentativas de obrigar os proprietários rurais a plantarem determinado número de covas. Na realidade, o problema se agravou em função do provisãoamento da tropa de terra e mar, sobretudo a partir de 1641 com as expedições de conquista do Maranhão, de Luanda e de São Tomé. Veja-se o que em 1639 afirmava Adriaan van der Dussen:

E se bem que a falta de todos os outros víveres seja difícil de suportar, a falta de farinha [de trigo] foi a que causou maior indignação. Suportamo-la por muito tempo e tivemos de procurar uma solução para isto. Taxamos os moradores de todo o Brasil em certa quantidade de farinha de mandioca a ser entregue, toda semana ou quinzenalmente, aos nossos comissários em cada guarnição. Assim poupamos por muito tempo a farinha de trigo. Mas quando esta terminou de todo e tivemos de sustentar todos os nossos homens com farinha de mandioca, sobreveio uma terrível falta desta última. E como a necessidade era grande, fizemos registrar todas as roças de todos os moradores, com a indicação de há quanto tempo haviam sido plantadas, ordenando-se que todas as que tivessem mais de oito meses fossem arrancadas para o preparo da farinha e esta entregue à Companhia ou aos comissários, por cada mil covas, tantos alqueires de farinha, que eram determinados segundo a fertilidade do solo em que estavam plantadas.

Essa farinha de mandioca também não pudemos pagar em dinheiro: tivemos de entregar aos fornecedores vales que em quaisquer pagamentos teriam o mesmo valor de dinheiro, sob todos os pontos de vista. Obrigamo-nos a aceitar esses vales ou em encontros de contas ou a trocá-los por dinheiro corrente quando a tesoura-

ria estivesse provida. Entretanto, já estávamos de novo no fim, pois a farinha existente e proveniente das roças velhas já havia sido quase toda entregue quando de minha partida; e das roças novas não pode durar muito tempo, pelo que se espera sobrevenha uma carestia geral, já tendo surgido grandes queixas pelo fato de que, em consequência de nossa taxação de farinha, haviam sido arrancadas as roças, não havendo lugar onde se obter farinha por dinheiro para alimentação. A escassez é sobretudo sensível nos engenhos, onde raramente se plantam roças. Os que têm roças e fazem farinha só podem vender pouca aos moradores, pois retêm a necessária para entrega de sua cota no tempo marcado. Não obstante todas essas diligências, dificilmente se obtém a farinha necessária para semanalmente distribuir as rações no Recife, insuficientes para o sustento [...] Deste modo, não havendo mais farinha, fomos obrigados a recorrer ao pouco de pão duro que havia em depósito.

O açougueiro que tinha contratado o fornecimento semanal de carne do Recife e dos fortes circunvizinhos apresentou-se ao Conselho, informando que não tinha mais possibilidades de obter gado para corte. Os escabinos de Olinda também [e], incorporados, apresentaram-se para esclarecer que a terra estava esgotada de gado e farinha e que não sabiam mais o que fazer para continuar o abastecimento e que, segundo todas as aparências, se estava às vésperas de uma grande fome. Na Paraíba, a situação era idêntica. Já não se sabe onde comprar, por mais algum tempo, carne ou farinha para as guarnições.

Há nisto uma grande distância para os que são de opinião e para os que não deixaram de sustentar junto a VV. EE. que o povo deve ser sustentado com o que produz o país. Entretanto, cremos que se tivéssemos podido pagar em dinheiro, em vez de vales, a carne e a farinha, dando por esta dez a catorze *stuivers*, como se paga entre os moradores, em vez de sete *stuivers* em

títulos, cremos, repetimos, que a falta não teria sido tão grande, porque o que é pago a preço alto é poupado. O que se fornece de ração em carne e farinha é consumido muito mais rapidamente do que se a pensão [do funcionário da WIC] e o rancho [do soldado] fossem pagos em dinheiro, porque os soldados quando recebem dinheiro compram pouca carne, arranjam-se com um pouco de farinha e algumas frutas e o que podem dispensar empregam em garapa para beber, porque cerveja e vinho são caros para eles [...].

O prejuízo que a Companhia tem tido em todo este tempo de carestia não é possível informar. Se a Companhia tivesse enviado víveres suficientes e mantido os nossos armazéns abastecidos, teríamos vendido alguns de tempo em tempo, com o que a Companhia teria feito um bom lucro, a nossa tesouraria estaria com numerário e não teria sido necessário lançar mão das rendas dos negócios, as quais teriam sido remetidas, com vantagem, para a pátria, evitando-se assim prejuízos para todos. Também, em consequência disto, ocorreu sério risco para esta conquista da Companhia, porque não somente não podíamos abastecer os nossos fortes para fazer face a um ataque eventual, como não possuíamos o suficiente para manter o Recife [...] Este ponto deverá, portanto, merecer maior atenção de agora por diante, de modo que sempre haja no Brasil víveres em quantidade não só para serem vendidos (e, com o produto dessas vendas, pagas as pensões), como também para serem abastecidos os fortes. Para isto, é necessário remeter para lá, de cada vez, determinada quantidade de víveres variados, de modo que se possam prover todos os fortes e guarnições no mínimo pelo tempo de seis meses, remessas a serem realizadas em épocas determinadas, com regularidade, na quantidade necessária e igualando o consumo, mantendo-se a provisão dos fortes e guarnições sempre para o prazo de seis meses, porque, de

modo contrário, um forte poderia ser dominado antes que pudéssemos levar-lhe socorro. Além disso, deverá considerar-se que fornecemos víveres aos navios da nossa frota que defende o litoral do país. Todos os navios da Companhia que partem do Brasil para a pátria são abastecidos também pelo nosso armazém [...].

Assim, vv. EE. devem manter sempre os armazéns bem providos de víveres, sem fazer conta dos produtos da região (que não são suficientes e nos levariam à penúria) nem dos víveres que os comerciantes ou os particulares enviam para lá, porque estes são quase todos consumidos nos engenhos e vendidos pelo interior. De modo que, quando a miséria surge e se pensa obter algo dos comerciantes, encontra-se tudo vazio, como aconteceu nos extremos que passamos.<sup>7</sup>

O relatório de Hamel, Bas e Bullestrate também se detém nas questões de aprovisionamento do Brasil holandês.

Com essa farinha [...] se mantêm quase todos os habitantes do Brasil (tanto os portugueses, brasileiros e negros quanto também quase todos da nossa nação que moravam no interior) e depois do trigo não se encontra substância mais nutritiva. Nossos soldados se acostumaram tanto a ela que preferiam receber como ração a farinha do que o pão dos armazéns. Desde as guerras anteriores, dificilmente se podia obter um alqueire da mencionada farinha, e nunca por menos de seis, sete, oito, nove e mesmo dez a onze florins por alqueire, e por essa razão os senhores de engenho dificilmente podiam alimentar seus negros para continuar moendo.

Fomos, pois, obrigados a mandar, sob certa pena, que todos os habitantes, cada um segundo sua possibilidade e oportunidade, anualmente plantassem algumas mil covas de mandioca, que depois seriam inspeccionadas nas rocas, de modo que assim foi obtida uma

abundância tão grande de farinha que no Recife podia comprar-se um alqueire (que é uma medida com a qual um homem pode viver um mês) à vista por quatro *schellingen* e no interior por menos, com o que em parte [se] poderia ter excusado a remessa da pátria de grande quantidade de farinha de trigo [...].

O gado e o peixe do Brasil, em especial, servem de complemento alimentar. Há algum tempo a Companhia contratou certas pessoas particulares para arrebanhar, na outra margem do rio São Francisco, muito gado que durante a guerra se tornara selvagem. Levaram-no para o Recife ou para outros lugares, onde foi abatido para sustento dos moradores [...] Depois disto, vieram os animais dos currais do rio São Francisco e do Rio Grande, onde os habitantes tinham como principal ocupação a criação de gado, a qual parece ser a mais certa e lucrativa atividade que se pode empreender no Brasil, pois não traz riscos e despesas, de modo que somente os habitantes daqueles lugares ficaram sem encargos de dívidas, ao passo que os de Pernambuco e da Paraíba, onde ficam os engenhos, chegaram a situações desesperadas. Os mencionados currais estavam numa situação tal que cada ano podiam fornecer não somente bois e animais aos engenhos, como também carne para abastecimento dos habitantes; e isto com tanta abundância que se podia comprar uma libra de carne por três a quatro *stuivers*. Além disso, foram as guarnições durante anos e anos mantidas com carne fresca e farinha, estando os nossos armazéns vazios [de produtos da metrópole] [...].

Além do gado, o Brasil ainda tem várias espécies de animais domésticos ou selvagens [...] As galinhas e os perus podiam ser comprados quase tão barato quanto em muitas cidades da Holanda.

Naquele litoral, há uma abundância tão grande de peixe que já aconteceu algumas vezes que uma rede deu dois mil ou três mil belos peixes de uma vez só. Mas isto

acontece apenas nos quatro ou cinco meses do verão, sendo que na estação da chuva se pesca pouco ou nada. Na mencionada costa, há alguns pesqueiros que em especial são muito ricos em peixe, dos quais alguns são pescados pelos proprietários e outros anteriormente foram confiscados, vendidos ou alugados pela Companhia.

Além disso, as lagoas, tanto no sul quanto no Rio Grande, fornecem bons peixes em grande quantidade, mas também pesca-se muito em quase todos os rios, sendo este peixe geralmente mais saboroso e melhor nutrido que o da praia. Nos mencionados pesqueiros, pescam-se, entre outros, muitos peixes grandes, que são salgados e desse modo mandados para os engenhos, servindo de alimentação para o povo. Além do peixe ainda há como alimentação os crustáceos, que são apanhados em grande abundância nas margens dos rios, tanto em terra como na lama e nos pântanos. Os brasileiros e negros gostam muito de comê-los e servem-se deles até como sua principal alimentação. Também muitos da nossa nação não os acham maus.

E embora esses víveres possam ser obtidos como acima descrevemos, não são suficientes para manter o Brasil e seus habitantes, a não ser que anualmente sejam feitas da Europa grandes remessas não somente de alimentos como de outras coisas.<sup>8</sup>

A importação de víveres dos Países Baixos nunca pôde ser dispensada, devido inclusive à preferência por eles de parte da população de origem neerlandesa. Quanto à comunidade luso-brasileira, ela mostrou-se interessada sobretudo nos artigos manufaturados, como indica o relatório de Van der Dussen.

As mercadorias mais procuradas no Brasil são o pano de linho de toda espécie, menos os panos de linho fino, não muito o de Rouen, mas sobretudo os panos de linho de